



Israelenses opinam sobre um Estado Palestino

(Times of Israel, 24.12.24; Par MacDougald, The Scroll, 19.12.24; Time Magazine, 12.12.24)

De acordo com uma pesquisa de opinião (“Índice de Paz”) da Universidade de Tel Aviv, o atual nível de apoio da população israelense a negociações de paz com a Autoridade Palestina reflete a invasão de 7 de outubro, tendo caído de 57% em julho de 2022 para 33% em novembro de 2024. Por outro lado, uma pesquisa em outubro de 2024 feita pela Universidade Hebraica de Jerusalém sobre o mesmo tema, mas explicitando que, se o reconhecimento de um Estado Palestino ocorresse em troca de acordos diplomáticos com mais países árabes (sempre se pensa na influente Arábia Saudita) e com apoio dos EUA, o resultado foi mais equilibrado, sendo 47% a favor e 52% contrários.

Por outro lado, recentes pesquisas de opinião nos EUA, Reino Unido e Canadá, indicam que as suas comunidades judaicas favorecem a solução dos dois estados com amplas maiorias.

Uma Lei Constitucional israelense (Basic Law) de 2014 determina que será necessário um referendo nacional ou uma maioria legislativa de dois terços do Knesset para aprovar qualquer acordo que possa ceder território em Israel, nos Altos do Golan ou em Jerusalém Ocidental, sendo bem provável que um acordo de paz com os palestinos requeira alguma pequena troca de territórios, o que reforça a grande importância de contar com o firme apoio da população israelense.

(Nota da Redação: Tentar convencer Israel a retirar-se da Margem Ocidental sem garantias de que os palestinos estarão impedidos de transformá-la numa segunda Gaza não faz sentido, porque os israelenses não aprovariam e, sobretudo, porque isso nem de longe assegura uma paz sustentável, durável, entre os dois estados.

Diante da total inapetência das lideranças palestinas para uma negociação com Israel, que se limitam a demandar o fim – unilateral - da “ocupação”, nenhuma tentativa de mediação ou pressão externa ou internacional, dará resultado. O governo Biden, por exemplo, manifestou reiteradamente seu apoio à “solução dos dois estados”, mas sem propor nenhum projeto concreto.

No exemplar da revista Time de 25.11.24, que elegeu Donald Trump como a “Personalidade do Ano”, o presidente eleito, ao ser perguntado se ainda apoia a solução dos dois estados, respondeu que “há outras ideias além dos dois estados, mas eu apoio o que for necessário para obter não apenas uma paz justa, mas uma paz durável...para que não tenhamos mais um 7 de outubro daqui a três anos...”



Durante o seu primeiro mandato Trump apresentou um plano de paz que teve o apoio de Netanyahu e dos países do Golfo, com o assentimento informal da Arábia Saudita – mas que a Autoridade Palestina rejeitou liminarmente, sem sequer propor alterações de seu interesse.

Agora que o Hamas, o Hezbollah e o Irã, estão enfraquecidos, pode surgir uma oportunidade para retomar-se o projeto de Trump como passo inicial para uma negociação de paz, mormente se Mahmud Abbas deixar a presidência da Autoridade Palestina, pois está inteiramente desgastado junto aos palestinos e, portanto, sem condições mínimas para convencê-los a aceitar uma mudança decisiva nas relações com Israel.

Por outro lado, se um quadro favorável à negociação da paz ocorrer, a indispensável maioria absoluta dos israelenses - não obstante o trauma do 7 de outubro - poderá ser convencida a aceitar um estado Palestino, desde que suas preocupações com a segurança contra futuras invasões e terrorismo forem levadas em conta).

O destino dos cristãos em países muçulmanos

(Jerusalem Post, 23.12; Charles Jacobs e Uzay Bulut, Gatestone Institute, 25.12)

Levantamento feito pelo Centro Jerusalém para Segurança e Assuntos Internacionais-CJSIA, a população cristã vivendo nos territórios sob controle palestino, Margem Ocidental e Gaza, foi reduzida em 80 a 90 por cento nas cidades maiores desde 2022. Ela constituía 11% do total e agora é de apenas 1%.

Isso resulta de uma emigração em massa, causada por sistemáticas discriminações legais e religiosas, exclusão social, perseguições e assédios (notadamente de mulheres), além das dificuldades econômicas e da instabilidade política e securitária. Em Gaza viviam cinco mil cristãos antes do Hamas dominar a área em 2006, restando apenas mil em outubro de 2023. Em 1950, a população de Belém e arredores representava 85% do total e o censo de 2017 registou uma redução para 10%, que posteriormente se acentuou ainda mais.

As perseguições e massacres de cristãos na África pelos islamistas são abundantes na Nigéria, Mali, Burkina Faso, Egito, Niger, República Centro Africana, Moçambique, República Democrática do Congo e Camarões. Em 2024, o resultante número de refugiados internos e no exterior cresceu 14%, atingindo 45 milhões.

No Egito, centenas de jovens mulheres cristãs coptas têm sido sequestradas, forçadas a converter-se e coagidas a casar-se com muçulmanos, como era feito com os povos conquistados desde a era de Maomé e seus sucessores. No Paquistão e em Bangladesh, cristãos e hindus são assassinados, presos por acusações de blasfêmia, sequestrados e as mulheres forçadas igualmente a casar com muçulmanos.



No Irã os cristãos são proibidos de ler a Bíblia em farsi (para impedir sua leitura pelos iranianos muçulmanos) ou ter qualquer contato iranianos que se tenham convertido ao cristianismo. A conversão em si é ilegal, sendo que em junho de 2023 o convertido Yasin Mousavi foi condenado a 15 anos de prisão por “sabotar a segurança nacional e promover o cristianismo sionista”

(N. da R.: O Papa Francisco tem criticado Israel a propósito da guerra do Hamas, chegando a declarar que “o que está acontecendo em Gaza tem características de um genocídio...e estão bombardeando crianças”. Para a temporada natalina, encomendou um presépio em que Jesus está enrolado num “kefiê”, o xale usado pelos palestinos e os militantes que os apoiam mundo afora.

Não houve até hoje manifestação oficial do Vaticano a propósito de declarações como a feita no diário oficial palestino Al-Quds no dia de Natal por Hamada Faraneh, membro do Conselho Nacional Palestino (PLO): “Estamos comemorando o nascimento de...Jesus, o primeiro mártir palestino”, um exemplo de propaganda mentirosa que desmente a teologia cristã, porque o Messias deveria ser descendente do Rei Davi, sem esquecer que os romanos inscreveram na cruz que o condenaram como “Jesus nazareno, rei dos judeus”.

É possível que o comportamento de Sua Santidade sobre Gaza e seu silêncio quanto as crueldades infligidas ao seu rebanho em grande escala tenham por objetivo mostrar como o Papa preza as boas relações com os muçulmanos, na esperança de que estes retribuam os seus gestos, passando a ser mais tolerantes com os cristões indefesos que vivem em seu meio. Talvez teme que, se denunciar as perseguições e se condenar o terrorismo, seja acusado de incentivar uma nova “cruzada”, que é uma frequente acusação jihadista contra os ocidentais.

Da mesma forma, prelados cristãos, de várias denominações, vivendo em países muçulmanos, no púlpito ou quando são entrevistados, fazem críticas a Israel, mas não aos seus perseguidores locais, certamente com medo de represálias, como ocorre com quaisquer reféns sequestrados por criminosos.

Seja como for, não há indícios de que quaisquer orientações adotadas pelo Vaticano e representantes de outras religiões sejam capazes de alterar essa realidade, que reflete a natureza dos regimes políticos e da mentalidade e convicções dominantes nas populações naqueles países.

Antissemitismo e “teoria crítica” nas campanhas antissionistas

(Nils A. Haug, Gatestone Institute, 11.12; João Pereira Coutinho, Folha de São Paulo, 27.12; MEMRI Daily, 07.10.24)

Um relatório de dezembro de 2023 do Conselho Nacional para Pesquisa e Desenvolvimento Civil de Israel relatou que “Desde 7 de outubro começou um boicote (acadêmico) de pesquisadores israelenses, de um tipo nunca antes



visto...refletido no cancelamento de convites para conferências, rejeição da publicação de artigos, proibição de conceder subsídios a pesquisadores israelenses, entre outras medidas”. O assunto é considerado de gravidade devido à importância da ciência e tecnologia para a economia israelense.

No plano cultural, o documento cita o que ocorreu no Festival Palestino de Literatura de outubro de 2024, “quando mais de mil escritores assinaram um boicote literário de Israel. Numa carta pública, eles declararam que não autorizarão que seus livros sejam publicados em hebraico, não contribuirão para revistas e jornais israelenses, não participarão de conferências ou darão palestras em Israel, nem trabalharão com agentes literários ou editoras israelenses”. Os signatários incluem vencedores dos Prêmios Nobel e Pulitzer, entre outros, e pouco depois mais cinco mil escritores aderiram a esse boicote.

A explicação para essa tentativa de cancelamento parece ser o arraigado ódio aos judeus em diversas sociedades ocidentais. Isso estava encoberto, mas agora – como disse Steven Spielberg - “o antissemitismo não está mais à espreita, mas se mostra orgulhosamente”. Daniel Greenfield escreveu (JNS, 21.08.24) que, ao redefinirem o antissemitismo como antissionismo, em vez de parecer que estão praticando um ato reacionário ao perseguir um grupo minoritário por causa de sua religião ou etnicidade, o redefinem como uma ideologia (sionismo) e assim atacar os judeus passa a ser um comportamento progressista.

Na realidade, o antissemitismo é apenas uma vertente da questão. O cientista político João Pereira Coutinho divulgou uma outra, igualmente relevante: o ensaio “On Settler Colonialism: Ideology, Violence and Justice”, da autoria de Adam Kirsch e publicado em 2024 pela revista The New Yorker. Kirsch sustenta que, sem levar em conta o conceito de “colonialismo de assentamento”, uma moda ideológica nas universidades ocidentais, seria impossível entender o clima de ódio em que vivemos.

A acusação dessa “teoria crítica” é que essa modalidade de colonialismo foi praticada pelos imigrantes brancos europeus que se instalaram nos EUA, Canadá ou Austrália eliminando os indígenas e roubando suas terras. Ela se fundiu automaticamente com a propaganda palestina, segundo a qual judeus europeus fizeram o mesmo na antiga Palestina, com a conclusão de que a criação do Estado de Israel é ilegítima e deve ser revertida em todo o seu território, “desde o Rio Jordão até o mar Mediterrâneo” - e não apenas da Margem Ocidental, ocupada desde o fim da guerra defensiva de 1967. Assim, antes de iniciar o ataque de 7 de outubro, o Hamas detalhou num documento que os israelenses sobreviventes da guerra seriam deportados, exceto os que fossem destinados (temporariamente?) a ajudar na administração do território a ser conquistado.

O citado Adam Kirsch deixou claro que “a história desautoriza a versão da propaganda sobre a criação de Israel. Para começar, o território pertencia ao



Império Otomano e, depois da Primeira Guerra Mundial, continuava sob administração do Reino Unido, que cumpria um mandato da Liga das Nações. A alegada "invasão sionista" foi legal, teve a permissão dos otomanos e dos britânicos". Posteriormente o assunto passou a jurisdição da Liga das Nações e de sua sucessora, a ONU, que apresentou o Plano de Partição do território em 1947, determinando dois estados, rejeitado pelos árabes.

Pereira Coutinho citou ainda que “os indígenas, na Austrália ou nos Estados Unidos, representam apenas 3% da população total e imaginar, só como hipótese, o retorno dos brancos à Europa e dos negros à África é tão delirante que mesmo os teóricos do "colonialismo de assentamento" hesitam em defender tal coisa”.

(N. da R.: Os postulantes das “teorias críticas” evitam insistir no despovoamento dos EUA ou do Canadá para não cair no ridículo dada a sua absoluta inviabilidade e porque, segundo Kirsch, “partem de uma premissa errada: a ideia de que é possível fixar no tempo quem realmente são os “povos originais” de um território”, já que houve uma sucessão de deslocamentos e povoamentos ao longo da história.

Os antissionistas concentram-se nas teorias da “colonização por assentamento”, que lhes parece mais fácil de difundir - citando a ocupação israelense e omitindo que ela foi autorizada pela Resolução 204/1967 do Conselho de Segurança da ONU (a única decisão mandatária da ONU sobre o tema, pois as Resoluções da Assembleia Geral e outras são praticamente exercícios de retórica), até que fixação das fronteiras definitivas sejam objeto de um acordo entre israelenses e palestinos.

Como essa questão se arrasta ao longo das décadas e os palestinos, tanto os de Gaza quanto os da Margem Ocidental, se recusam a negociar a paz e optam pela “resistência”, isto é, pelo terrorismo e ataques como a invasão de 7 de outubro de 2023, a sua propaganda se fixa ademais a inventadas “consequências” da ocupação – sobretudo “apartheid e genocídio” - que não encontram sustentação nos fatos nem no direito internacional, como examinado em outros número da Carta do Oriente Médio, mas são úteis para mobilizar as militâncias palestinas e internacionais.

Sucintamente, a ausência de apartheid pode ser comprovada por qualquer turista que visite Israel e, quanto ao “genocídio”, Kirsch lembrou que ele é desmentido pelos números, porque em 1948 existiam 1,3 milhões de árabes em toda Palestina e hoje são 7,5 milhões”.

A propaganda antissionista prefere recorrer a essas falsas acusações em vez de invocar simplesmente para os palestinos o "direito de autodeterminação dos povos", como se fazia nas décadas de 1960 e 1970, à época da descolonização de povos africanos e asiáticos, porque nesse caso teriam de reconhecer que os judeus também têm o direito de viver em Israel, assim como outras etnias, como os curdos,



os tibetanos e até algumas minorias europeias mereceriam igualmente os seus próprios estados nacionais).